

**PRÁTICAS RURAL-URBANAS: UM ESTUDO COM OS
TRABALHADORES DA FEIRA DO PRODUTOR
AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO
RONDON – PR**

Raphael Pagliarini¹

Resumo: Este artigo objetiva discutir as práticas rurais e urbanas em Marechal Cândido Rondon - PR a partir das memórias e narrativas dos trabalhadores da Feira do Produtor Agropecuário do município. O texto busca problematizar as entrevistas produzidas com os feirantes e discutir as formas como os sujeitos dialogam, vivenciam e reelaboram práticas no viver urbano a partir de suas experiências no campo.

Palavras-chave: cidade; campo e memória.

**URBAN - RURAL PRACTICES: A STUDY ABOUT THE WORKERS OF FAIR
PRODUCTS AGRICULTURAL OF THE COUNTY OF MARECHAL CÂNDIDO
RONDON – PR**

Abstract: This article discusses rural and urban practices in Marechal Cândido Rondon - PR from the memories and narratives of workers Agricultural Fair Producer of the municipality. The text seeks to problematize the interviews made with the workers and discuss the ways in which subjects dialogue, experience and rework practices in urban living from their experiences in the field.

Keywords: city; country and memory.

A multiplicidade de sujeitos que habitam uma cidade faz dela um complexo de experiências e viveres em constante movimento. Da relação desses sujeitos entre si e com o espaço, resultam lugares de sociabilidades, espaços de pertencimento e reelaborações de práticas e culturas. Além de servir como cenário dessas transformações, o espaço urbano também é objeto de disputa, e toma suas formas de acordo com as correlações de força ali presentes. Em Marechal Cândido Rondon, extremo oeste do Paraná, um dos elementos que permeia esse processo de constituição e disputa na e pela

¹ Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal do Paraná – IFPR – Campus Irati. Mestre em História. Rua Pedro Koppe, 100, Irati – PR, CEP: 84500-000. raphaelpagliarini@yahoo.com.br As discussões aqui apresentadas são parte de uma dissertação defendida em 2009 que se preocupou em problematizar as relações entre campo e cidade em Marechal Cândido Rondon – PR, a partir da década de 1970.

cidade está diretamente relacionado às experiências rurais vivenciadas e percebidas em parte de seus moradores. Embora essas relações entre campo e cidade estejam dispersas em todo o espaço citadino, e sejam experimentadas nas relações cotidianas mais elementares, lugares como a Feira do Produtor Agropecuário, doravante FPA, constituída na cidade desde a década de 1960², potencializam a capacidade de análise destes aspectos.

Antes de iniciar a discussão, é importante esclarecer que a FPA não será entendida como um lugar exclusivo de “sobrevivência” das práticas e valores rurais. Mas, um espaço complexo e em movimento, em que práticas e valores estão sempre em negociação e reelaboração, no campo mais vasto das correlações de forças e transformações que se operam nos viveres rurais e urbanos. Os embates entre história e memória serão pensados aqui a partir da chamada história do tempo presente, caracterizada, acima de tudo, pela imersão cotidiana do historiador em seu “objeto de pesquisa”. (MOTTA, 2012).

Desta forma, cabe destacar a importância da História Oral para se discutir os significados construídos pelos trabalhadores sobre essas relações. A partir desse caminho, objetiva-se perceber tanto os sentidos presentes nas memórias como as expectativas daqueles que narram. Estes elementos serão pensados a partir de uma problematização dos lugares sociais de onde falam os entrevistados. Portanto, tanto esses lugares de onde produzem as memórias, como os seus conteúdos, serão entendidos de forma relacional (FERREIRA, 2012).

Neste sentido, a FPA é tomada como um ponto de partida para aprofundar uma compreensão das disputas presentes na cidade. A feira é vista, assim, como um microcosmo que articula experiências de trabalhadores rurais e possibilita as relações destes com outros moradores da cidade, uma vez que aquele é um lugar de consideráveis fluxos. Desta forma, as próprias transformações sofridas pela FPA desde que foi instituída, ainda na década de 1960, servem tanto de indicativo para perceber mudanças no espaço urbano e em suas tentativas de organização, como nas relações que

² A Feira do Produtor agropecuário de Marechal Cândido Rondon apresenta algumas características próprias, diferenciando-se assim, em vários aspectos, de diversas feiras livres realizadas no restante do país. Tais aspectos podem ser percebidos em relação a sua organização estrutural: divisão igualitária do espaço entre os feirantes; estrutura fixa dos boxes, dispensando assim o trabalho de montagem das barracas, bastante comum em muitas feiras; horário de funcionamento após as 17h00 horas, enquanto na maioria dos demais lugares elas se realizam no início da manhã; existência de toda uma organização dos feirantes, atuando como membros de uma associação, regida por um estatuto. Estes e outros aspectos da feira serão discutidos no decorrer deste capítulo.

os moradores passam a estabelecer na cidade.

Inicialmente localizada na Praça Willy Barth (na área central da cidade), a FPA não tinha o caráter “institucional” que assumiu hoje³. Durante seus primeiros anos de funcionamento, se resumia ao pequeno comércio de víveres que alguns produtores realizavam na calçada da praça, nas manhãs de sábados.

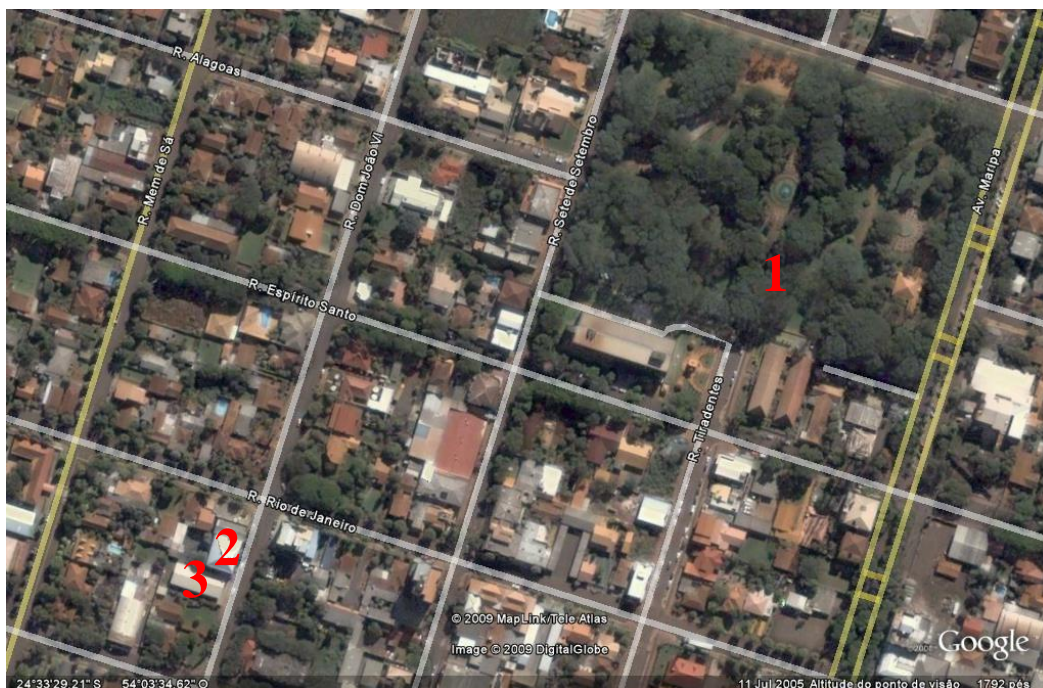
Apesar de ainda permanecer na área central da cidade, a FPA passou a ocupar um novo espaço a partir do início da década de 1990, em uma área exclusivamente destinada à atividade comercial. Situada num terreno cedido pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Marechal Cândido Rondon, os feirantes, com o apoio do poder público municipal, construíram um barracão onde todas as terças e sextas-feiras realizam o comércio de seus produtos.

Em relação à atual localização da FPA na cidade, cabe destaque à sua proximidade com o referido sindicato, que então cedeu o terreno; também com o Sindicato dos Suinocultores; além da Associação Leite Oeste (associação de produtores de leite do município). Estas instituições mantêm contatos diretos com uma parte considerável dos produtores rurais do município. Observa-se, assim, uma concentração neste espaço, ou seja, a tentativa de se construir um lugar destinado aos interesses deste determinado grupo/categoria, no caso, agricultores associados a tais entidades.

A figura abaixo possibilita a visualização da área onde se espacializa estas experiências. E, como se percebe, a FPA se localiza num espaço direcionado aos consumidores dos produtos e serviços teoricamente provenientes do campo.

³ Atualmente, a FPA conta com uma organização composta pelos seguintes órgãos: Assembléia Geral; Diretoria e Conselho Fiscal. Todos regulamentados pelo Estatuto da Associação dos Feirantes que traz em seu “Art. 1º - Com a denominação de Associação dos Feirantes fica constituída nesta data 10 de maio de 2001, sob a forma de Associação Civil de direitos privados, sem fins lucrativos, organizada para a prestação de serviços aos seus associados”.

Figura 01



Fonte: Imagem Google Earth: área central da cidade com a localização da Feira do Produtor e arredores.

- 1 - *Praça Willy Barth (local de instalação da primeira feira).*
- 2 - *Sindicato dos Produtores Rurais de Marechal Cândido Rondon.*
- 2 - *Sindicato dos Suinocultores.*
- 2 - *Associação Leite Oeste.*
- 3 - *Feira do Produtor Rural.*

Todos estes espaços e práticas, que de uma forma ou outra se relacionam com os sujeitos entrevistados neste trabalho, quando investigados com mais profundidade ofereceram importantes elementos para essa discussão.

Ao apresentar tais espaços circunscritos à FPA, sobretudo no que diz respeito aos seus usuários/praticantes, basicamente sujeitos que têm ou tiveram suas trajetórias marcadas pela vida no campo, busco evidenciar o fato de que a mesma não está simplesmente disposta por acaso no espaço da cidade. Sem querer constituir uma hierarquia entre os sindicatos neste espaço relacionado, Associação Leite Oeste ou a FPA, o que se percebe é uma rede de interrelações, que como consequência, produzem um espaço aglutinador nas sociabilidades urbanas.

Mais do que um simples ponto do comércio local, a FPA pode ser entendida

como um lugar de interações sociais, pois as pessoas não a frequentam apenas e unicamente para comprar os produtos oferecidos à comercialização. É, também, o lugar de reencontro com amigos, de se discutir a política, o clima e os acontecimentos da cidade.

Um dos primeiros feirantes da cidade foi Seu Germano, que chegou ao município em 1960. Após uma parceria societária mal sucedida em uma olaria implantada no mesmo ano, iniciou suas atividades de plantio de verduras numa pequena propriedade rural de meio alqueire, onde residia e trabalhava até o momento da produção da entrevista. Aposentado, o comércio semanal que realizava na cidade lhe garantia o adicional à aposentadoria, transformando-se, como diz o entrevistado, em “uma segurança pro futuro”.

Sua trajetória, como veremos mais adiante, possibilita o diálogo com algumas questões, de algum modo tratadas por Raymond Williams, referentes ao campo da cultura. A tentativa de pensar a cultura como campo dinâmico pode ser melhor entendida a partir da discussão de três conceitos básicos e interrelacionados. São eles: *dominante, residual e emergente*:

Por *residual* [grifo meu] quero dizer alguma coisa diferente do “arcaico”. (...) O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente. Assim, certas experiências, significados, e valores que não se podem expressar, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados a base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social ou cultural anterior. Por “*emergente*” [grifo meu] entendo, primeiro, que novos significados e valores, novas práticas, novas relações e tipos de relação estão sendo continuamente criados. Mas é difícil distinguir entre os que são realmente elementos de alguma fase nova da cultura dominante e os que lhe são substancialmente alternativos ou opostos: emergente no sentido rigoroso, e não simplesmente novo. Como estamos sempre considerando relações dentro do processo cultural, as definições do emergente, bem como o do residual, só podem ser feitas em relação com um sentido pleno do dominante. (WILLIAMS, 1979: 125-126)

Por mais que alguns períodos e situações possam ser identificados por uma determinada cultura, ou mesmo por um pensamento dominante, esta nunca se mostra em sua forma absoluta. As práticas residuais e emergentes, assim dizendo, embora não sejam tão fáceis de serem identificadas, compõem campos de resistência e alternativa na relação que estabelecem com o dominante.

Voltando a trajetória de Seu Germano, tomar-se-á como questão inicial a forma

como ainda cultivava verduras e hortaliças para a comercialização na FPA. Além do mérito de obter uma produção considerada em termos de sua qualidade, especialmente sem o uso de agrotóxicos, Seu Germano orgulha-se de sua “consciência ambiental”, a que possui, segundo ele, desde que chegou à cidade. As preocupações com tal questão podem ser percebidas em trechos de sua fala. E, de um modo mais atento, conforme afirmou: “então eu falei, é muito bonito, porque eu fui um protetor da natureza desde que eu comecei a viver a vida!” (HARDKE, 2007).

Sobre a trajetória de Seu Germano, as relações que passou a estabelecer, em particular, com o poder público municipal, permitem fazer alguns apontamentos a propósito de determinadas concepções de desenvolvimento econômico que perpassam o período, desde que este se estabeleceu na cidade. Basta um rápido olhar para a parede da sala de estar de sua casa, local onde expõe quadros, fotografias, placas e prêmios recebidos, para se notar que foi somente a partir da década de 1980 que alguns setores ligados ao poder público e algumas entidades começaram a se preocupar com esta “produção ecologicamente correta”. Até então, a ideia prevalente estava relacionada diretamente à produção intensiva, dos chamados “desbravadores”, por sua vez predatória do meio ambiente.

A discussão se refere a esta chamada “consciência ecológica” do entrevistado. Com o cuidado de não tomar a construção teórica de Williams como modelo, mas sim de perceber a possibilidade de diálogo, pode-se evidenciar o seu posicionamento como uma prática “residual” dentro deste campo dominante, que é o do mercado e da produção agrícola, principalmente em termos contrapostos ao atual mundo do agronegócio. A opção de rejeitar agrotóxicos não é algo que se reflete apenas no nível da produção, mas também pode ser percebida como uma forma de resistência à lógica capitalista, que toma como base os lucros acima de quaisquer outras justificativas.

Os leitores mais atentos logo perceberiam uma contradição nessa interpretação. Afinal, como entender as práticas do senhor Germano como negação de alguns valores do sistema capitalista, se a poucas linhas atrás havia denotado que ele comercializa seus produtos numa feira da cidade? A opção pelo não uso de agrotóxicos não seria apenas uma forma de aumentar a qualidade e valorização de seus produtos e, em decorrência disto, das vendas e dos preços? Não seria mais um produtor “empreendedor”, de olho no mercado de produtos orgânicos? Muito provavelmente, não. Em termos ponderados, o consumo expressivo de produtos orgânicos só começou a ganhar expansão econômica no Brasil na segunda metade da década de 1990. E seria no mínimo um anacronismo

assumir tal posicionamento, se considerarmos que seu Germano já utilizava estas técnicas/práticas há quase 40 anos.⁴

É preciso ainda ter cuidado para que o conteúdo de sua narrativa não seja tomado como um reflexo puro e simples do passado. Quando o seu Germano enfatiza o fato de não usar agrotóxicos, o faz a partir de um presente em que o discurso da agroecologia se contrapõe ao do agronegócio, mostrando-se, assim, atuante nesta sociedade. Pois, o “ecologicamente correto” assume, uma carga de positividade nos tempos que correm.

Retomando as relações do entrevistado com o comércio que realiza na FPA, sua narrativa remeteu-se ainda à década de 1960, momento em que iniciou e protagonizou a instalação daquele ponto de comércio informal na cidade. A respeito desta época, segue a fala de Seu Germano:

A feira foi assim, eu comecei já tava com... Eu comecei em 1962. Em 1962 eu comecei. (...) O senhor sabe aonde que tá hoje a ACEMPRE, na praça. Na praça Willy Barth, ali tem uma casa, antigamente choperia... Ali na praça, se caminha por cima é a ACEMPRE, daí é o Fórum né... Ali a prefeitura nos deu a calçada ali na praça... Sem um cobertinho! Só ali. Então eu encostava a caminhoneta, assim de ré, carregada de produto e o pessoal vinha. Às cinco da manhã eu já tava lá nos sábados, até as dez, onze... E o pessoal vinha comprar. Às vezes começava dar temporal e chuva e nós lá parado... A água corria desta altura [gesto] (risos). A miserável da mulher molhada, não tinha um fio de cabelo seco, era de dar risada até. E ali passou-se parece que três anos, dois três anos... (HARDKE, 2007)

Para o entrevistado, a memória não se resume à feira. Mas permite perceber as relações que teceu com o poder público e com a própria cidade, mais especificamente com a praça Willy Barth, a central da cidade. De acordo com o narrado, a área inicialmente indicada ao comércio aparece associada à experiência enquanto feirante. A praça é apropriada e resignificada para seu Germano e, na relação sujeito-objeto (LINCH, 1980), é a partir da matriz das relações de trabalho que foi rememorada. A existência de um possível descaso por parte do poder público municipal à época em relação a esta forma de comércio, afinal, “ali a prefeitura nos deu a calçada ali na praça... Sem um cobertinho!” misturou-se às lembranças das dificuldades enfrentadas, lembradas, por sua vez, com certo bom humor.

⁴ É notável o crescimento da produção de orgânicos nos últimos anos. Em nível local, cabe destaque, dentre os fatores, os incentivos de instituições como o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e a Associação Central dos Mini-Produtores Rurais Evangélicos (ACEMPRE).

O período em que a feira ainda se localizava e era praticada na calçada da praça não apareceu como um ponto de referência apenas na fala de seu Germano. O mesmo também foi marcado na fala de outro entrevistado, André Cristiano Lohmann. Filho mais velho de uma família de três irmãos, desde criança ajudou os pais no comércio da feira. A época da entrevista com 25 anos, André relembra das instalações precárias e das manhãs de sábado em que vinham do campo comercializar seus produtos na cidade:

Era ali na pracinha, na praça Willy Barth, naquela rua sem saída, na frente da ACEMPRE, aonde que tem a torre da Telepar. Ali começou a feira. Tinha em outro local, que eu não sei aonde que era. Mas eu comecei ali. Era no sábado de madrugada, começava cinco horas da manhã a gente tava lá, montava as banquinhas; seis horas nós abria a feira e começava a vender até meio-dia. E daí ia pra casa. (LOHMANN, 2009)

Então estudante do mestrado de Zootecnia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, André apresentou uma trajetória de profundo contato com a cidade, mesmo nunca tendo deixado o sítio onde sempre morara. O deslocamento diário para a escola e, posteriormente, para a universidade, assim como o trabalho na feira, fez com que não apenas circulasse na cidade, mas passasse a vivenciá-la para além da espacialidade do meio rural. Uma vivência que, segundo contou, se intensificou no contato com a universidade:

Porque tem um convívio assim maior na questão da faculdade e a gente viu que a coisa é bem, bem diferente daquela época. Porque lá a gente era assim, tinha os amigos e vizinhos que moravam perto, na infância lá, e o convívio era maior ali próximo, não vinha muito, muito pra cidade. Só depois da faculdade que eu comecei a vir mais, a conviver mais com o pessoal da cidade. Mas, antes era sempre um convívio mais lá. Quando vinha os meus primos de fora, daí também a gente convivia mais. Mas, a infância praticamente era só no sítio, na cidade assim era muito pouco. (...) Depois quando eu passei no vestibular daí eu tirei a carteira e de tarde eu vinha de moto pra faculdade. Vinha de manhã com o busão, voltava de meio-dia, e de tarde vinha de moto. (LOHMANN, 2009)

Assim como a relação com o universo acadêmico ampliou o seu contato com a cidade, ela também pode ter influenciado na sua percepção sobre a feira e o próprio trabalho que exerce nela. A identificação com a feira ora é assumida, ora é negada em sua fala. Pode-se perceber esse movimento de identificação e negação, por exemplo, nos momentos em que comenta sobre os critérios de aceite de novos feirantes. Nesse caso, o

que se evidencia é uma maior identificação. Conforme segue:

Tem que ser produtor rural e produzir o produto que vai trazer na feira. (...) É, pegar de outro pra revender assim *a gente* (grifo meu) não aceita. (...) *A gente* (grifo meu) sempre procura em pessoas que entram nova um produto diferenciado. Pra não ter aquela competição entre os outros feirantes (...) Mas a grande maioria deles é produtor orgânico. Também é um diferencial que *a gente* (grifo meu) buscou quando trouxe o pessoal pra dentro da feira. (LOHMANN, 2009)

De acordo com ele, em diversos trechos de sua fala a expressão “a gente” aparece como elemento coesivo de identificação com o então grupo a que se busca preservar como tal. Primeiramente, assume-se uma identificação como produtor rural. Em seguida, com uma categoria específica de comerciante, daquele que produz a mercadoria que comercializa. Segue-se, ainda, outra estratificação, desta vez apelando para uma forma determinada de produção, a orgânica.

Todos os elementos de identificação reivindicados por André não entram em “contradição” com a sua trajetória de vida e de formação. Desta forma, sua afirmação como produtor rural pode ser entendida tanto em relação à ligação que tem com o campo, afinal durante toda sua vida viveu no “sítio”, assim como também com as possíveis reelaborações decorrentes dos discursos a partir da sua formação como zootecnista.

Já em relação ao apelo à identificação como feirante pode ser entendida como resultado do próprio tempo de exercício da função: “agora não lembro assim exato quanto tempo... Mas, passa bem longe de dez anos!” E, por fim, a ênfase que deu à produção orgânica apareceu como digna de nota na narrativa. Esta forma de cultivo que, como se viu quando da discussão sobre as experiências de Seu Germano, cada vez mais vem sendo associada a uma positividade.

Todavia, o sentimento de pertença e a identificação de André com o universo da feira é limitado. O mesmo não aconteceu quando falou sobre as formas como os feirantes manipulavam os produtos comercializados e as consequentes orientações que receberam da Vigilância Sanitária. De acordo com André:

Porque uma época assim a Vigilância Sanitária também não fazia e hoje ela faz visitas nas casas né, pra ver quais são as condições onde *o pessoal* (grifo meu) manipula os alimentos, onde o pessoal prepara as coisas. (...) É, orientar mais o pessoal. O pessoal que vendia produto que precisava contato devia usar luva e essas coisas... Pessoal muitos não tinha esse costume de utilizar! E outras coisas assim... É, seria

mais nesse sentido, assim. (LOHMANN, 2009)

Como se observa, a expressão “a gente” foi substituída por “o pessoal”. Neste sentido, André já não falou enquanto membro do grupo, mas como um observador do processo. Esta não identificação pode estar relacionada com a sua própria formação acadêmica, afinal, os cuidados com a produção e a própria higienização são fundamentos da faculdade de zootecnia por ele cursada. Sendo assim, o fato de se excluir do processo narrado pode ser entendido como uma aceitação das condições impostas pela Vigilância Sanitária.

Desta maneira, a partir dessas negociações de suas identidades, percebe-se uma questão relacionada à própria forma de se praticar o ofício de feirante. Uma investida do poder público, representado pela Vigilância Sanitária, para disciplinar e normatizar o trabalho dos feirantes. Uma vigilância que não se limita ao espaço da feira, mas que se estende às residências dos produtores. No geral, um conjunto de normas e medidas então colocadas na tentativa de garantir a “boa qualidade” dos produtos. O entrevistado descreve, em parte, estas cobranças, estabelecidas desde os últimos dois anos, conforme segue:

Uma coisa que pros feirantes que tinham geléias e coisa assim, colocar etiquetas com valor nutricional, foi ido atrás de uma nutricionista. (...) Era pro pessoal colocar uma etiqueta dizendo o que é que continha no produto, né... Uma exigência nutricional, assim (...) A gente adotou por isso [cobrança da Vigilância Sanitária] duas pessoas... Porque a gente na época trabalhava em duas, só que daí era atendendo, questão de mexer com o dinheiro e o espetinho, né. Então, a gente separou, um só com o dinheiro e um só com o espetinho. Uma coisa que a gente mudou. (...) Um no caixa pra mexer só com o dinheiro e um só com os espetinhos. Foi uma coisa, assim... Não é que a gente não se preocupava, se preocupava sim, só que muitas vezes, por causa do volume e tal a gente não dava o tempo pra gente fazer. Então a gente chegou a adotar isso daí pra evitar esses problemas. E também a gente sabe que é muito melhor! Tem que evitar a manipulação do mesmo que manipula o espetinho manipular o dinheiro. Isso não funciona!(LOHMANN, 2009)

Não bastava mais apenas conhecer a técnica do preparo dos produtos e comercializá-los. A geléia, um produto “colonial”, em tese, então próprio do rural, por exemplo, não poderia ser apenas geléia de morango, de uva, ou qualquer outro sabor que tivesse, mas deveria estar dentro dos padrões de consumo reconhecidos. Deveria ser submetida a um novo saber, o autorizado pela nutricionista.

Para a banca de feira da família de André, a “visita” da Vigilância Sanitária gerou outras consequências práticas. De acordo com o narrado, a reformulação foi no aumento do número de membros da família que passou a trabalhar na feira. Ou seja, foi necessário destinar alguém especificamente para a manipulação do dinheiro. A organização familiar passou pela seguinte reformulação de estrutura:

Quem prepara e quem faz a questão dos espetinhos é o pai, então ele também assa. E a gente reveza, eu e o meu irmão. Como o meu irmão viajou, então tá a minha mãe auxiliando e, às vezes, o meu irmão menor. Então, geralmente, na parte do atendimento do espetinho sou eu e a minha mãe no caixa e o pai assando os espetinhos. Mas, o preparo e toda a manipulação das coisas é o pai que faz em casa. (LOHMANN, 2009).

A comercialização de espetinhos é hoje a principal atividade que a família de André exerce na feira. A ideia de vendê-los surgiu quando o comércio de mel que realizavam não era mais suficiente para garantir a renda familiar. Assim, a atividade que de início era secundária, acabou se tornando o “carro chefe” do trabalho.

A incorporação de novos produtos à banca da feira é bastante comum entre os feirantes. Em uma situação dialógica com os fregueses, e conseqüentemente com a cidade, eles vão reinventando pratos e novos atrativos. Com isso, grupos diferenciados de consumidores são delimitados como públicos alvos, uma lógica interna da feira que passaria despercebida aos olhos de muitos dos seus frequentadores, mas que é um ponto fundamental para a maioria dos entrevistados:

Porque o principal consumidor nosso é o pessoal do comércio, e se pra eles não entra, pra nós também não entra, né.

Raphael: Ah, os comerciantes que são os principais?

André: É, são os principais. E daí tem o pessoal aposentado, né. Na feira o giro maior também é em relação ao pessoal aposentado.

Esses dois grupos... São esses os dois grupos principais. E as pessoas que não tem ligação com o comércio e que moram na cidade, né. E são assim os principais grupos que a gente percebe que consomem. (LOHMANN, 2009).

Foram apresentados pelos entrevistados dois grandes grupos de consumidores/frequentadores da feira: os aposentados e as pessoas ligadas ao comércio. No decorrer da entrevista, percebi que os critérios utilizados para a diferenciação não foram estabelecidos apenas pela idade ou pela ocupação do consumidor. Ao classificar como aposentado ou comerciante, levou-se em conta, principalmente, as práticas e as maneiras como aqueles sujeitos se relacionavam com a feira. Segue André:

O pessoal mais velho, têm alguns que já são fixos e que a gente já conhece e que consomem. Mas não são todos eles que consomem. E o pessoal que mais, assim, que a gente percebe é o pessoal do comércio.
Raphael: Ah, os aposentados não gastam tanto?
André: É, eles gastam em outras coisas. Eles preferem comprar um pão, um alface, nesse sentido. Leite, principalmente leite! O pessoal vem buscar leite na feira!(LOHMANN, 2009).

Como se percebe, os “aposentados” seriam aqueles que não vivem a feira como uma “praça de alimentação”. Buscam-na para adquirir produtos que posteriormente serão consumidos em suas casas: o pão, o leite e a alface, por exemplo. Seja, talvez, para aqueles que viviam no campo, um dos lugares mais apropriados para se encontrar os alimentos que dispunham em casa outrora. Do mesmo modo, revela que para estes, a casa é o espaço reservado de se realizar as refeições. Prática que pode ser identificada como “próprio” do modo de vida rural.

Em contrapartida, têm-se os “comerciantes”, para os quais os atrativos são justamente os lanches rápidos. Local por onde se passa após o horário de expediente para se fazer uma leve refeição. Um salgado, um pastel ou ainda um espetinho, para se consumir ali mesmo na feira, ou ainda na rua, no trajeto para casa. Uma dinâmica teoricamente urbana.

Maneiras e ritmos que se diferenciam, dando visibilidade a modos diferentes de se viver a cidade. Uma cidade mais controlada pela lógica do relógio, que detém os “comerciantes” até o término do expediente, autorizando-os a passarem pela feira com uma pressa considerável. Mas também uma cidade do “aposentado”, que se aglomera em frente à feira, antes mesmo de serem abertos os portões, às 17h15.

Esta distinção entre os grupos frequentadores da feira também foi destacada na entrevista com Dona Elizabete Packer e sua filha Andréia. Casada, com 50 anos de idade, mãe de dois filhos, Dona Elizabete chegou a Marechal Cândido Rondon aos 16 anos, na companhia dos pais. O porquê da mudança foi narrado do seguinte modo:

Porque nós, lá em Rolândia, tinha café. Nós tinha roça de café. E como deu uma geadinha muito forte e matou tudo a roça de café, e meu pai tinha granja de frango branco também, desses frango de granja... Não sei porque que na verdade, na verdade mesmo eu não sei porque que o meu pai veio pra cá! Eu acho que ele achou que aqui era melhor... Sei lá! (...) É, e daí nós tava meio endividado lá, e daí ele vendeu lá pra pagar umas dívidas e veio pra cá. (PACKER, 2009)

A geadinha a que se refere ocorreu em julho de 1975 e ficou posteriormente

conhecida como a “geada negra”. Os grandes estragos causados, principalmente na região Norte do Paraná, fizeram com que agricultores, a exemplo dos pais de Dona Elizabete, procurassem novas áreas para viver. Muitos trabalhadores provenientes dessa região atingida pela geada migraram para o Oeste do Paraná, como já apontado em outros estudos. (LAVERDI, 2005).

Apesar da mudança, a família continuou a viver da agricultura, permanecendo no campo até os dias de hoje. Dona Elizabete casou-se poucos anos depois de chegar. Relembrou assim a sua trajetória:

E depois eu casei, e daí eu... E continuou sempre assim! Sempre na colônia! Não tinha outra... Só que aquela época as colheita davam bem. A gente não precisava fazer coisas separado pra sobreviver... Depois que começou a complicar as coisas e tudo mais, e que daí eu comecei com feira, e comecei a criar uns frango caipira. Vendia no mercado... E daí no mercado também eu parei com os frango e fiquei só com a feira. Porque lá nos mercado eu sempre recebia em trinta dias, né. E lá não, lá você vendeu, você tá recebendo dinheiro! É à vista! (PACKER, 2009).

Uma visão talvez saudosista na qual “a colheita dava bem”, foi substituída por uma lógica bastante pragmática, em que a possibilidade de conseguir o “dinheiro à vista” determinou suas escolhas. O trabalho na FPA, que para ela iniciou em 2006, ou seja, muito recentemente, foi consequência dos problemas enfrentados no meio rural. “Fazer coisas separado” significou buscar na cidade uma solução para os problemas enfrentados na lavoura. O fornecimento de produtos para os mercados foi aos poucos perdendo espaço para as vendas na FPA, segundo ela, mais atrativa pelos pagamentos à vista. De acordo com a entrevistada:

E daí nós paramo de vender leite pro laticínio e eu fiquei com umas três ou quatro vacas aqui. E daí eu comecei a fazer queijo, requeijão, nata e essas coisas tudo. Não, nata não, só queijo e requeijão. E daí comecei a entregar pros mercado. E daí como o leite ficou muito barato, todo mundo começou a fazer, e daí os mercado não comprava mais queijo e... Comprava assim, mas só quando precisava... E daí eu pensei, mas o que é que eu faço agora com isso lá tudo? Daí eu pensei, vou começar a fazer feira, a vender na feira daí. E daí lá eu comecei a vender as coisas. Na verdade na feira eu comecei com leite, com derivados de leite. E depois entrêmo com um pouco de frango, depois com tapioca e assim fômo aumentando... (PACKER, 2009)

Se o exemplo de André possibilitou visualizar a dinamicidade presente no espaço da feira, isto fica ainda mais explícito no caso de Dona Elizabete. Na tentativa de

incrementar a renda obtida com a venda de derivados de leite, começou a comercializar “novos produtos”, dentre eles a tapioca. Questionada sobre como iniciou com a venda deste gênero alimentício, seguiu a entrevistada:

Uma vez que nós fomos pra Toledo e vimos isso na feira. Só que eles em Toledo não informaram pra gente como é que faz. Porque a gente nem sabia que tipo de farinha que usava, nada! Daí nós fomos pesquisando pela internet. Fomos pesquisando e fazendo! (...) Porque você tinha que saber o ponto da umidade da farinha pra ela formar aquela massa. Porque na verdade a tapioca é a farinha de mandioca, não é bem a farinha de mandioca, é uma fécula da farinha de mandioca que você tira, e aquilo lá você transforma ela em farinha. E ela tem que ter uma certa umidade pra ela virar aquela goma quando ela esquenta, pra virar aquela massa. Ela não vai óleo, não vai nada, nada dentro, é só a farinha mesmo!

Raphael: E a senhora nunca tinha feito?

Dona Elizabete: Não. Nunca, nossa... É comida nordestina e eu sou alemão, meu pai é alemão da Alemanha! Não tinha nem noção como é que fazia! A gente escutava que tapioca era comida nordestina e tudo, mas a gente não tinha nem noção como é que fazia isso! E daí fomos descobrindo assim como fazer com recheio... E fomos experimentando com esse recheio, com aquele recheio... Pra ver qual que ficava melhor. (PACKER, 2009)

A narrativa acima abre um campo intrigante e amplo de possibilidades de discussão. Primeiramente, porque a tapioca não se trata apenas de mais um produto comercializado na feira. Alimento que tem como matéria-prima a fécula de mandioca, é uma comida consumida originalmente no Norte e Nordeste do país. Um folclorista, preocupado em catalogar as comidas típicas de cada região, sentiria certo desconforto ao ver o prato sendo vendido no Oeste do Paraná. Um estranhamento sentido pela própria Dona Elizabete: “é comida nordestina, e eu sou alemão, meu pai é alemão da Alemanha! Não tinha nem noção como é que fazia!” (PACKER, 2009).

Aqui, a questão gira em torno da dinamicidade presente na afirmação da identidade étnica da família, mais especificamente na diferenciação do ser um “alemão” e ser um “nordestino”. A comida vendida por Dona Elizabete, em tese, não faz parte das características daquilo que pode ser entendido como pertencente ao grupo dos “alemães”. Entretanto, a possibilidade de alargar as vendas na feira não fez disso um impedimento. Possibilita, assim, perceber o quão fluídas são as fronteiras que limitam este ou aquele grupo (HALL, 2003). Ressalto, assim, a característica extremamente dinâmica e relacional existente no campo da cultura ante estes fazeres e práticas rural-urbanas.

Ainda sobre a narrativa de Dona Elizabete, chamou a atenção as maneiras utilizadas para aprender a fazer a *tapioca*. Depois de conhecer o produto em uma feira de Toledo, cidade localizada a 40 Km de Marechal Cândido Rondon, a pesquisa na internet foi apontada como fundamental nesse processo de aprendizagem: “Daí nós fomos pesquisando pela internet. Fomos pesquisando e fazendo!” (PACKER, 2009).

Apesar da dificuldade de precisar o número de domicílios do país com acesso à internet, sabe-se que não são altos, em 2009, momento da realização da entrevista, girava em torno de 45% (IBGE, 2013). Em relação ao meio rural, a porcentagem é bem menor, não chegando aos 10% (CETIC, 2013). Entretanto, não é apenas o fato de ter ou não acesso à internet em casa que impossibilitaria ou dificultaria o seu acesso. Trata-se, também, de uma questão de âmbito cultural, de aceitação e incorporação de valores provenientes de novas tecnologias. Para Dona Elizabete, esse não foi um problema, mas uma ferramenta de informação determinante para dominar um novo saber, o da produção da *tapioca*, empregando-a concretamente em seu cotidiano como feirante.

A comercialização da *tapioca* na lista de produtos vendidos na FPA, segundo a entrevistada, não apenas elevou o volume de vendas, mas estabeleceu uma nova relação com os que se tornaram fregueses. Como já dito, a feirante também percebeu uma diferenciação dentre os consumidores/frequentadores da feira:

Dona Elizabete: Na *tapioca* é mais a juventude.

Andréia: Quando abre a feira, lá pelas 17h15, as pessoas que mais vêm lá são idosos, né, acima de 50 e 60 anos. E depois das seis horas que começa a aparecer os mais jovens.

Dona Elizabete: Daí fecha o comércio e daí eles vêm.

Raphael: Ah, no início da feira é o pessoal mais idoso que vai?

Dona Elizabete: É que eles vêm mais pra pão, leite, essas coisas assim... Banha, linguiça, essas coisas assim eles vêm mais.

Andréia: E depois vêm as pessoas mais jovens.

Raphael: E são os mais jovens no caso, que pra vocês os que mais compram?

Dona Elizabete: Na parte de *tapioca* sim. Mas, na parte do leite e dos derivados do leite, são os mais idosos. (PACKER, 2009).

No caso em questão, a diferença é marcada pela oposição entre a “juventude” e os “idosos”. Tanto para André, anteriormente mencionado, como para Dona Elizabete, a classificação não é feita entre quem é ou veio do meio rural, mas entre jovens e idosos. Da mesma forma, para ambos, os “aposentados” não representam os principais consumidores. São os denominados “comerciantes”, como dito por André, que Dona Elizabete preferiu chamar de “juventude”, àqueles os que mais consomem seus produtos.

Mas, o trabalho de feirante que Dona Elizabete e sua família realizam na cidade não se limita ao espaço da feira. Há cerca de dois anos passaram a comercializar a tapioca na festa de comemoração de aniversário do município, a "Expo Rondon". Trata-se de uma feira de exposição industrial, comercial e agropecuária que reúne, entre seus atrativos, os shows musicais. O principal público destes shows, segundo o narrado, é a "juventude". E é justamente este o grupo que garante a maior parte das vendas de tapioca, segundo a entrevistada:

Andréia: Meio ano que a gente tava na feira quando começamos a fazer tapioca. (...) Porque dois anos que a gente já fez a festa do município. *Elizabete:* Daí nós fizemos tapioca na festa do município e a gente viu que rendia bem, que todo mundo comprava, e daí continuamos na feira também. E assim tamo indo até hoje.

Andréia: E a parte que mais vende é à noite. Nossa, porque lá dentro do pavilhão fechava às 11h00, aí antes de ir pro show, vinha tudo aquela galera lá comer tapioca, sabe, jantar, aí dava bastante serviço, assim. (PACKER, 2009).

De acordo com as entrevistadas, aprender a preparar a tapioca significou um marco em suas trajetórias. Afinal, desencadeou toda uma reformulação em seus cotidianos, seja em relação ao trabalho na feira, ao preparo que antecede as vendas, ou mesmo a sua comercialização na festa do município. Tudo isso pode ser interpretado de um modo geral, como uma mudança na própria forma de viver a cidade. Uma vivência que passou a se fazer de forma cada vez mais intensa, produzindo novas expectativas em relação ao pertencimento neste meio e na reelaboração do passado rural.

O investimento atual na festa do município não foi uma decisão tomada ao acaso. De acordo com Andréia, demandou conhecimento prévio da dinâmica interna do evento realizado na cidade:

A gente mesmo que foi atrás, tipo, na feira vendia bem tapioca, aí a gente pensou em fazer na festa, porque sabe, na festa tem pouca opção de lanche, mas só o que tem é cachorro quente, essas coisas assim, aí a gente foi na Acimacar, aí quanto foi? Eu sei que tem que pagar. (...) Daí a gente se associou na Acimacar, aí todo mês tem de pagar também, porque a gente quer continuar fazendo a festa, e fora que você vai investir bastante, porque tem de comprar muita coisa. (PACKER, 2009).

A percepção da falta de opção de lanches oferecidos na festa, "só o que tem é cachorro quente", foi fundamental para que comessem as vendas, exigindo, inclusive, consideráveis investimentos. A filiação à Acimacar (Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon) e as mensalidades pagas foram

consideradas os investimentos principais. Uma associação que passou a integrar ainda mais a relação da família com a cidade.

Como venho discutindo, a distinção entre o que pode ser considerado como rural ou aquilo que pode ser entendido como urbano não se apresenta de uma forma clara, plasmada por uma fronteira nítida. Tampouco objetiva-se delimitar tal diferenciação ou esta fronteira. O diálogo com as experiências dos feirantes corrobora o encaminhamento da discussão, na medida em que me permitiu perceber esta imbricada relação entre campo e cidade.

A FPA aparece como um dispositivo/dimensão potencializadora das relações dos agricultores na cidade. Todavia, estes não a vivenciaram e vivenciam da mesma maneira, mas o fazem, inclusive, de acordo com as trajetórias que antecedem ou se dão paralelamente ao trabalho como feirantes. No exemplo de Dona Elizabete e sua filha Andréia, a relação com a feira, e para além dela, com a própria cidade, passa também por uma questão geracional, digna de destaque.

Questionadas quanto aos primeiros tempos de trabalho na feira, mãe e filha relembram as dificuldades enfrentadas, principalmente pela necessidade de exposição ao público:

Elizabete: Não, eu nunca trabalhei com comércio...

Andréia: Eu também não, tipo, é uma coisa boa, porque você tem experiência pra falar com o público, assim, isso é bom pra mim, isso ajuda bastante assim, sabe, perde a vergonha, porque eu era envergonhada, meu Deus... (risos).

Elizabete: É, no começo, ela não queria muito ir na feira.

Andréia: eu não gostava de ir na feira, morria de vergonha! É bom pra mim, até no colégio, tipo, ajuda pra apresentar trabalho, essas coisas assim. Eu não tenho mais vergonha pra falar em público (...) e é bom assim até, raciocínio porque eu que recebo, né, e no começo era bem complicadinho, calculadora pra tudo. E agora já é tudo de cabeça, assim os trocos, eu acho que, sei lá, pra mim foi uma coisa boa! (PACKER, 2009).

A vergonha, sentida nas primeiras vendas, foi aos poucos superada. Uma conquista que não se limitou ao espaço da feira e ao ofício de comerciante, mas se expandiu ao universo da escola, das apresentações de trabalho e da melhora do raciocínio lógico. De um modo geral, do próprio falar em público, algo importante no universo do urbano. Um aprendizado, que como extrapola a feira, ensina a viver na cidade.

Para a jovem Andréia, a feira é mais do que um ponto de cruzamento de

experiências de quem vive no campo entremeado com as práticas da cidade. Conforme pode ser percebido em sua fala, o trabalho na FPA foi um primeiro passo numa projetada vida na cidade. Perguntada sobre os seus estudos futuros, respondeu Andréia:

Vou, publicidade e propaganda (...) e assim é até uma experiência boa, até eu acredito que depois, seja uma boa experiência, quando eu quiser conseguir emprego, né, colocar isso no currículo, assim, você já trabalhar com o público assim ,né, eu acredito que seja uma coisa boa... (PACKER, 2009).

Uma narrativa/projeção que até então se justifica pela depreciação às possíveis características do campo em que vive e da exaltação daquilo que a cidade poderia lhe oferecer:

Eu fico aqui o dia inteiro. Ainda bem que tem internet, porque senão eu ia ficar aqui isolada. Sabe, e assim eu tenho minhas amigas... Eu podia trabalhar também, trabalhar, podia estudar à noite também, né. Pra mim ia ser mais prático... E aqui é por causa do pó também (...) aí da aquela seca, é aquela tristeza. Vai pro colégio, assim, chega no colégio, é aquela poeira! Até que você chega em casa de meio-dia, também é aquele pó, meu, é complicado sabe! Chega ali, daí tem de descer, porque o ônibus não passa aqui embaixo, passa no estradão. Aí até que chego em casa, vou almoçar uma hora da tarde, até que chega em casa... Eu preferia morar na cidade! Por causa da poeira, essas coisas eu não gosto muito. (PACKER, 2009).

Nas palavras de Andréia, a cidade foi projetada como uma solução para os problemas que vivenciava no campo. Um lugar que proporcionaria uma maior aproximação com as amigas, sem que necessariamente tivesse que apelar para o uso da internet; onde seria possível conciliar um trabalho semanal diurno e os estudos noturnos; e ainda, em que a poeira das épocas de seca não seria mais um problema. Ou seja, um olhar carregado de expectativas, em que a vida na cidade passa a ser um objeto de desejo.

Com a entrevista de Dona Salete Sueli Ribeiro, pretendo concluir as discussões acerca dos trabalhadores da FPA. Apesar de esta ter sido a última realizada, não foi este o critério escolhido para deixá-la para análise na parte final deste capítulo. Se, até agora, os feirantes tinham em comum o fato de residirem no campo e lá produzirem aquilo que comercializavam na feira, Dona Salete foge desta regra.

Com 53 anos de idade, viúva, Dona Salete mora com a única filha em uma casa no centro da cidade. Nascida no Rio Grande do Sul, alternou alguns períodos de sua infância com moradias no Estado de origem e no vizinho, Santa Catarina. Porém, foi a

partir do emprego que passou a exercer na cidade de Concórdia (SC), quando ainda tinha 14 anos, que marcou sua narrativa:

Aí eu fui trabalhar na Sadia em Concórdia, na época com 14 anos podia assinar a carteira. E aí o meu pai adoeceu, ele comprou uma chacinha no Rio Grande do Sul, em Marcelino Ramos. Daí a gente foi morar lá, e aí eu completei os 14 anos! Aí ele achou melhor, porque eu tinha um irmão que trabalhava em Concórdia já na Sadia, e ele achou melhor – “No tempo em que você vai trabalhar aqui em Marcelino de doméstica você vai trabalhar lá que é com carteira registrada, tem mais segurança e tal”... Daí eu fui! Daí foi aonde eu parei de estudar. Porque se eu ia trabalhar de doméstica eu não ia ter condições de estudar, aonde eu teria emprego. E aonde eu fui trabalhar na Sadia eu não aguentava! Eu tinha que começar às cinco pras 4h00 da manhã, você tinha que ter o cartão batido. Ia até meio-dia, e da uma e meia às seis, e daí eu ia pra aula. Aí tinha feito de 1ª a 4ª, e daí era a dita sabatina pra passar pro 5º ano. Aí passei pro 5º ano. E daí, quando eu fui pra Concórdia, que eu continuei os estudos, mas daí eu não aguentei! Ia pra aula, sete, sete e quinze tinha que ta no colégio, voltava onze e meia, meia-noite, e tinha que dar uma olhadinha nos cadernos, né, e no outro dia cinco pras quatro tinha que ter cartão batido na Sadia. Não guenta! Eu não guentei! Daí foi melhor parar. E é aonde que hoje eu tô aí de feirante! Poderia ter outra profissão, né! Mas fazer o quê? (RIBEIRO, 2009)

O momento em que acontecera a troca da vida do campo pela da cidade foi determinada, segundo ela, pela legislação trabalhista da época. A mesma legislação que foi apresentada como um atrativo na hora da decisão entre o emprego de doméstica ou o de assalariada no frigorífico em que trabalhou. Um emprego que não foi lembrado pela “segurança” que oferecia, mas pelas dificuldades e a consequente privação que se impôs à entrevistada para dar continuidade aos estudos. Na escolha entre o trabalho e o estudo, prevaleceram as necessidades mais imediatas. Dona Sueli não ultrapassou a 4º série do ensino fundamental. Uma decisão que, segundo ela, gerou consequências sentidas até os dias de hoje, acabando por determinar sua atuação como feirante: “E é aonde que hoje eu tô aí de feirante! Poderia ter outra profissão, né! Mas fazer o quê?”.

O trabalho no frigorífico se estendeu por cinco anos, sendo sucedido pelo emprego de cozinheira em um hotel/churrascaria na mesma cidade. Assim, passados dez anos desde que deixou a chácara do pai para morar em Concórdia (SC), já casada, Dona Salete e o marido decidiram mudar-se para Marechal Cândido Rondon, em 1979. Recém chegados, o marido passou a exercer, dentre outras atividades, o ofício de electricista.

Daí ele mexeu com eletrônica, não sei te dizer até quando, quanto

tempo, eu já não tô mais lembrada, assim quantos anos. (...) Daí tinha minha filha, que vai fazer 28 anos, aí depois eu tinha o menino que eu perdi ele com 15 anos num acidente, né, aí a gente acabou ficando por aqui. Os anos foram passando, a gente foi trabalhando, foi lutando e o sonho dele (marido) era entrar na feira, ficou anos e anos, não tinha vaga. (RIBEIRO, 2009)

O porquê de um eletricista “sonhar” em trabalhar na feira fiquei sabendo logo em seguida. O marido de Dona Salete via na feira uma possibilidade de comercializar os peixes coletados na atividade de pescador que exercia. O trabalho na eletrônica foi sendo substituído pelo exercício da pesca profissional. De acordo com a entrevistada:

Ele era pescador profissional, pescador profissional, a gente trabalhava nós quatro, eu, ele, a menina e o meu filho, nós quatro trabalhava ali na pecinha do peixe que a gente tem ali pra limpar os peixes. (...) É porque ele já vendia pra fora, né, e ele tava todo orgulhoso dessa venda pra fora, daí ele queria expor ali. Conseguiu, só que foi muito pouco tempo, foi de setembro a janeiro. (RIBEIRO, 2009)

O trabalho realizado no meio familiar foi fundamental para dar conta dos pedidos dos frigoríficos de peixes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todavia, o objetivo era desenvolver o comércio local. Assim, a entrada na feira foi lembrada:

Então, a gente entrou na feira, não sei dizer o dia de setembro, mas foi no mês de setembro de 2000. E dia cinco de fevereiro de 2001 meu esposo faleceu. Outubro, novembro, dezembro, janeiro, quatro meses de feira ele faleceu! Aí eu pensei, agora eu tô perdida! Eu achei que eu não ia conseguir ficar lá vendendo os peixe, fazer o que ele fazia. Eu sabia trabalhar já, né, mas eu não tinha confiança, não tinha segurança sozinha, então tô lá até hoje. (RIBEIRO, 2009)

A morte do marido emergiu como outro marco importante. A partir deste ponto, o trabalho na FPA não se resumia mais à função de “auxiliar”. Dona Salete se viu obrigada a assumir todas as responsabilidades da atividade na feira. Apesar de ter ajudado o marido no preparo e venda de pescado por algum tempo, trabalhar sozinha nas vendas não foi narrado como uma tarefa fácil:

Só que após a perda do meu esposo, a venda foi lá embaixo, porque ele era um baita dum vendedor, a gente nunca mais conseguiu fazer as vendas que quando ele tava vivo fazia. Cada um tem o seu dom de vendedor, de vender o que, por exemplo, hoje eu vendo muito bem o pastel, mas talvez se ele tivesse ali, não ia vender bem o pastel, era o peixe, então é mais ou menos por aí. (RIBEIRO, 2009)

Segundo contou, a queda na venda dos peixes gerou a necessidade de oferta de novos produtos. Como se percebeu através do relato, a escolha de Dona Salete foi pela comercialização dos pastéis. Uma atividade que, mesmo mantida paralelamente com a venda do pescado, se transformou na sua principal atividade na FPA.

A decisão de trabalhar com a venda de “pastel frito na hora” foi apresentada como um grande dilema. Mesmo não se tratando de um produto já comercializado na feira, o fato de incorporá-lo à sua banca causaria uma “concorrência” interna naquele espaço. Conforme seguiu em sua entrevista:

Daí um povo chegou e disse assim – “Põe um pastel frito na hora, que já tinha uma vez e a mulher vendia bem!”. Só que daí tem uma pessoa lá que leva pastel frito de casa, e era a Liane, que ela é muito amiga minha. Eu não queria pôr, porque era uma concorrência. Ela traz pronto de casa e eu vou pôr frito na hora... Daí um ou outro dizia – “Cada um tem o direito de viver, ela traz pronto, você vai fazer frito na hora, é a diferença!”. Mas eu achei que não devia. (...) Daí nesse tempo eu perdi o meu filho em acidente. Daí essa Liane promoveu um almoço beneficente e isso me ajudou muito. Aí, como que eu vou pôr o pastel do lado dela? Fecha um aqui abre outro do lado, né? Eu pensei, eu tenho muita consideração por ela, como eu vou fazer isso? Ela vai ficar ruim da cara comigo. Isso não é legal, ali do ladinho, né? Aí fui segurando, segurando as pontas. (...) Daí no dia 14 de setembro de 2007 eu comecei com o pastel, e tô até hoje! Hoje eu até pago o peixe com o dinheiro do pastel! (RIBEIRO, 2009)

O presumível atrito causado pela oferta do novo “produto”, nem de longe se resume ao trecho apresentado logo acima. Num tom de dilema, o assunto ocupou algumas páginas de transcrição, representando para a entrevistada um ponto de grande relevância. Se para Dona Sueli era uma amizade que estava sendo posta à prova, para esta pesquisa, o trecho pode ser representativo no sentido de compreender as relações internas à feira e, de algum modo, presente no cotidiano citadino.

O fato de ter dialogado com um grupo específico de sujeitos, os feirantes da FPA, não garantiu uma narrativa coesa e comum a todos os entrevistados. Não entendo isso como um problema. Afinal, ao apresentarem temporalidades distintas na maneira como percebem e reelaboram o trabalho na feira, e conseqüentemente, como dialogam e vivem a cidade, os entrevistados colocaram visível a complexidade das relações entre campo e cidade constituídas em Marechal Cândido Rondon. Um campo de correlações de forças que se apresenta de forma conturbada e não permite estabelecer uma fronteira fixa entre práticas consideradas deste ou daquele meio.

Como defende Alessandro Portelli, o estudo das memórias e da história deve

buscar não aquilo que é comum a um determinado grupo/classe e que os torna homogêneos, mas a maneira como os sujeitos constroem estas memórias no interior de um campo de “possibilidades compartilhadas”:

A história oral e as memórias, pois, não nos fornecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é apresentada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muita coisa em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só como reconhecimento da subjetividade, mas também como a realidade objetiva dos fatos (PORTELLI, 1996: 8-9)

Desta forma, percebe-se que a atividade cidadina nem de longe se mostrou homogênea. Ela se reelabora na medida em que seus praticantes apresentam respostas aos novos problemas trazidos e vividos nesta dinamicidade. Tratam-se de questões cotidianas, apresentadas por e numa cidade que também se modifica.

Nesse processo de reflexão, problematizamos a narrativa de Seu Germano, com uma fala preocupada com as maneiras “corretas” de se produzir e até mesmo de se relacionar com a natureza. Na entrevista produzida em sua propriedade, situada no limite entre o rural e o urbano, nas conversas com o gravador desligado queixava-se de uma cidade que no seu ritmo crescia, transpondo para ali os seus problemas. Mas, também de uma cidade necessária, local de garantia de comercialização, dos fregueses que há décadas optam pela qualidade de seus produtos, e de um poder público que reconheceria seus esforços em várias ocasiões.

Uma cidade que, para André, passou a ser vivenciada de maneira mais efetiva após a entrada na universidade, que até então, nem mesmo na ida diária para a escola, ou o comércio semanal na FPA foi capaz de desvendar. Um lugar dotado de saberes, em que a cientificidade “neutra” das medidas sanitaristas impostas foram descritas com bons olhos. Por fim, para aquele a quem o trabalho de feirante não se limita ao simples ato de comercializar produtos “rurais”, mas entra no campo das disputas, na própria construção de grupos distintos de consumidores. Grupos estes percebidos por Dona

Elizabete Packer e sua filha Andréia, principalmente após incorporarem a venda de tapioca. Para as quais, também, morar a vida toda no campo não foi impedimento para que dominassem saberes próprios da cidade, como quando ampliaram o comércio da FPA para a festa do município, inclusive valendo-se da “moderna” internet.

Por fim, este texto foi marcado por narrativas que se interseccionam em determinados pontos e se distanciam em outros. Como em relação à entrevista de Dona Salete, que ao ser perguntada se morava na cidade, ainda quando no primeiro contato feito na feira, respondeu que sim, mas fez questão de ressaltar que, apesar disso, vendia os peixes que o cunhado pescava no sítio. A um desconhecido, aquele não era o momento de se usar de uma “identidade urbana”. Ainda mais, sabendo da necessidade de ser produtor rural para ser/estar vinculado à FPA⁵. A partir destas memórias e narrativas, buscou-se ampliar o diálogo com as experiências de sujeitos, que aos seus modos dialogam, vivenciam e reelaboram práticas no viver urbano a partir de suas experiências no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CETIC. *Acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)*. 2013. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2012/A4.html> Acesso em: 30 de agosto de 2013.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma Cidade: Experiências de Viveres Urbanos Uberlândia 1938 – 1990*. São Paulo, 2001. Tese (doutorado em História Social). Pontifícia Católica de São Paulo PUC/SP.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

⁵Art. 3º - A Associação dos Feirantes é a entidade representativa das famílias de produtores rurais que participam na feira dos produtores regularmente realizada na cidade Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná. *ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES*. Marechal Cândido Rondon, 2001.

CHALLOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2011. 2013. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/acesso_a_internet_e_posse_celular/2011/tabelas_pdf/tab1191.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/ acesso_a_internet_e_posse_celular/2011/tabelas_pdf/tab1191.pdf). Acesso em: 30 de agosto de 2013.

LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana. (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MENESES, Ulpiano T. B. "A História, cativa da memória?" In: *Revista do IEB*. São Paulo, n. 34. EDUSP, 1992.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In.: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Edições Vértice, v. 2, n.3, 1989.

PORTELI, Alessandro. Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a Ética na História Oral. In: *Ética e História Oral*. Projeto História. São Paulo: PUC/SP, nº 15, 1997.

_____, A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo* [Revista do Departamento de História da UFF], n.2, dez. 1996.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Casa da Moeda. vol.8, 1986.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. *Projeto-História* [PUC-SP], São Paulo, 1997, n.14

SANTANA, Charles de Almeida. *Linguagens Urbanas, Memórias da cidade: vivências e imagens da Salvador de migrantes*. São Paulo: 2001. Doutorado em História – PUC -

SP.

_____. *Fartura e ventura camponesa: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia 1950-1980*. São Paulo: 1998.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Record: 2006.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. *A peculiaridade dos ingleses e outros escritos*. Campinas: Editora. da Unicamp, 2001.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n.15, abr.1997

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Fontes

Entrevista de Germano Hardke, 71 anos, gravado em 02 de agosto de 2007. Casado, migrou do Rio Grande do Sul para Marechal Cândido Rondon em 1960. Aposentado, complementa a sua renda com o trabalho de feirante que exerce desde o início da década de 1960. No momento da entrevista residia numa chácara nos limites suburbanos.

Entrevista de André Cristiano Lohmann, 25 anos, gravado em 27 de fevereiro de 2009. Solteiro, nasceu em Marechal Cândido Rondon, e mora na área rural do município. É aluno do mestrado de Zootecnia da Unioeste e trabalha com os pais na FPA.

Entrevista de Elizabete Paker, gravada em 10 de abril de 2009. Nasceu em Rolândia/PR. sempre viveu no campo e chegou em Marechal Cândido Rondon em meados da década de 1970. Casada e mãe de dois filhos, Dona Elizabete trabalha como feirante.

Entrevista de Andréia Paker, gravada em 10 de abril de 2009. Nasceu em Marechal Cândido Rondon e sempre viveu na zona rural do município. Concluindo o Ensino Médio, a jovem divide seu tempo entre as atividades escolares na cidade, o trabalho na feira, e os afazeres no campo.

Entrevista de Salete Sueli Ribeiro gravada em 12 de maio de 2009. Viúva, com 53 anos, Dona Salete migrou de Concórdia /SC para Marechal Cândido Rondon em 1979. Entretanto, diferentemente dos demais entrevistados, a vida urbana foi uma constante tanto em Santa Catarina como em Marechal Cândido Rondon. Trabalha como feirante.

Marechal Cândido Rondon. *Estatuto da Associação dos Feirantes*. 2001.

Artigo recebido em 30/8/2013

Artigo aceito em 3/12/2013